

## (TRANS)VERSALIDADES DE GÊNERO E GERAÇÃO NAS POLÍTICAS SOCIAIS

Josimara Aparecida Delgado<sup>1</sup>

Márcia Santana Tavares<sup>2</sup>

### RESUMO

Este texto discute a importância da incorporação dos recortes de gênero e geração nas Políticas Sociais. Para tanto, partimos de uma compreensão específica sobre a tessitura das relações entre gêneros e gerações em nossa sociedade, que nos tem conduzido a uma aproximação crítica acerca da forma como a temática vem sendo encaminhada no interior das políticas sociais. Tais reflexões são baseadas em discussões realizadas em sala de aula com alunos do Mestrado Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador/BA, que os incitam a decifrar as implicações do uso dessas categorias na formulação e operacionalização das políticas sociais.

**Palavras chaves:** Gênero, geração, políticas sociais.

### ABSTRACT

This article discuss the importance of incorporating gender and generation theme In Social Policies. Thus, we begin by the specific comprehension of the teciture of generation and gender relationships in our society, which have conduct us toward a critic approach about how this subject have been treated in terms of Social Policies. These reflections are base on discussions during seminar with students from the MSC course at Universidade Católica do Salvador/BA, when they were stimulated to interpret the use of such categories in operating the Social Pelicies.

**Keywords:** gender; generation; social policies.

## I. INTRODUÇÃO

A discussão desenvolvida neste artigo toma como pressuposto que, apesar do avanço representado pela incorporação dos recortes de gênero e geração nas políticas sociais, do ponto de vista da defesa de direitos específicos e na superação de desigualdades, o trato dado às questões de gênero e geracionais recai em concepções que reforçam papéis tradicionais, sobretudo atribuídos aos idosos e às mulheres na sociedade e, especialmente no interior da família. Aliás, a centralidade dada à família na política social brasileira contemporânea, entendida

<sup>1</sup> Doutora. Universidade Católica do Salvador ( UCSAL). [josimardelgado@gmail.com](mailto:josimardelgado@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora. Universidade Federal da Bahia( UFBA). [marciatavares1@gmail.com](mailto:marciatavares1@gmail.com)



como instância de proteção social, em detrimento da proteção pública, é um dos espaços onde se pode verificar o caráter político presente na incorporação dos enfoques de gênero e geração nas políticas. Nesse âmbito, o papel tradicional da mulher como esposa e mãe, ou seja, sua importância no núcleo doméstico, é evocado e reificado como algo que lhe é inerente. Por outro lado, são políticas que, caracterizando o idoso como vulnerável, parecem não visualizar o papel central que esse tem assumido no interior dos arranjos familiares contemporâneos, inclusive como provedores, o que desvia a questão do envelhecimento de aspectos centrais como a questão da previdência e dos cuidados prestados entre as gerações, onde também o papel da mulher é fundamental na família brasileira, quer se pensarmos no cuidado de avós para com seus netos, ou das filhas em relação a seus pais envelhecidos, na medida em que a cultura fálica (ainda) presente em nossa sociedade, respaldada na maternidade biológica, define como vocação prioritária feminina o “bem servir”, “cuidar” – do esposo, da prole, dos idosos da família e de pessoas do seu círculo de convivência. Estamos falando, portanto, de uma maternidade social que a mulher é ensinada a desenvolver, o que implica em esquecer-se de si mesma na abnegação que devota aos outros (TRONTO, 1997).

Enfim, compreendemos que o enfoque proposto é importante para apontarmos algumas dinâmicas sociais relevantes para a compreensão das necessidades da população usuária das políticas sociais e que nem sempre são contempladas em seu discurso e práticas por remeterem a um tecido complexo de relações entre classes, gêneros, gerações e etnias, contemporaneamente marcadas por processos estruturais de mudanças que, contudo, não atingem a todos da mesma forma.

A discussão tem base em nossa trajetória como pesquisadoras da área e, sobretudo, na experiência como docentes da disciplina *Transversalidades de Gênero, geração e etnia : questões para as políticas sociais*, no Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador, durante o ano de 2010. Nessa ocasião, pudemos desenvolver uma rica interlocução com os alunos, profissionais atuantes em campos diversos das políticas sociais na cidade de Salvador.

## II. DESENVOLVIMENTO

A reflexão sobre o “lugar” de velhos e mulheres nos discursos e práticas das políticas sociais contemporâneas nos remete às relações entre público e privado nessa sociedade. A incorporação dessas questões vem sendo funcional à manutenção da dicotomia entre produção e reprodução social, que está na base da divisão de papéis e esferas de atuação para homens e mulheres, velhos e jovens. Ao homem adulto é atribuída a responsabilidade pela provisão e à



mulher, o cuidado com a esfera doméstica. Esse esquema supõe também um determinado modelo familiar que estabelece como padrão o núcleo familiar organizado em torno do pai, mãe e filhos.

No Brasil, esse modelo foi decisivo na formação da sociedade do trabalho que jogou ideologicamente com a oposição complementar entre esfera pública e privada, onde se inclui o universo doméstico, para erigir a figura do bom trabalhador: o homem adulto e provedor de sua família. Esse processo de cidadanização, ao mesmo tempo em que cria uma ordem pública e racional em torno dos direitos do trabalho, repõe elementos tradicionais da cultura brasileira como o *ethos* masculino do patriarcado e a matriz familiar de relações, mesmo no âmbito público.

Esse dado histórico está na origem da caracterização de nosso espaço público entremeado por interesses particularistas e privados, bem como da tendência de privatização da família, sobretudo de sua função de proteção e socialização de seus membros. E do ponto de vista das questões que nos interessam mais de perto aqui, explica, em parte, a dificuldade de constituição de mulheres e idosos como sujeitos de direito, uma vez que “naturalmente” vinculados à esfera das relações privadas e, no caso do idoso, praticamente invisível, uma vez que sem função produtiva e na família. A naturalização das relações é um mecanismo efetivo nesse processo. Contribuindo para universalizar certos modelos de relações, ela ajuda a obscurecer a dimensão ideológica das construções sociais em torno do gênero e geração, especialmente na família, contribuindo, pois, para sua continuidade. Modelos que, repostos historicamente, comprometem a emancipação e autonomia concreta de mulheres e idosos, cujas questões principais, por vezes, sequer são identificadas.

Não por acaso, é no contexto do abalo na sociedade do trabalho e de seu sistema de proteção social, gerando uma complexificação das relações societárias de sua estrutura de classes, das relações familiares, das relações intergeracionais e de gênero, que irrompem, com peso, as problemáticas relativas à mulher e ao idoso.

Precarização do trabalho, desemprego, o recuo da proteção social pública, bem como o incentivo à mobilização de recursos informais ligados à solidariedade primária, evocando um papel tradicional da família e da comunidade na manutenção dos laços de reciprocidade e na transmissão de recursos, a flexibilização das identidades, a individualização das relações e enfraquecimento das mediações coletivas são alguns dos processos sócio-político-culturais que abalam os antigos contratos sociais e criam novas condições para a regulação de acordos públicos e privados entre as gerações e gêneros.

Essas mudanças se expressam também no universo das Ciências Sociais que passam a incorporar às análises sobre classe outras categorias, sendo desafiadas pela heterogeneidade social e, ao mesmo tempo, pelo acirramento das desigualdades entre as classes, enfim, por uma



reprodução mais complexa das relações sociais.

A ideia de construção social é importante para lidar com a naturalização que permeia o uso e a compreensão de categorias como gênero, geração e etnia. Se idade, sexo e raça se referem a processos vinculados ao biológico, o modo como esses dados são vividos e interpretados é uma construção, relacionada à dinâmica político-econômico-cultural da sociedade e, pois, dotada de sentidos e implicações. São categorias inscritas no corpo e na cultura, segundo Alda Britto da Motta (1999). Essa autora lembra que a classe, categoria fundamental nessa dinâmica social, é a única que se refere apenas ao social, mas que, da mesma forma, “se corporifica”. Ou seja, classe, gênero, geração e etnia são categorias que expressam relações que ocorrem, concretamente, no cotidiano, mediadas por diversas condições particulares e pelos significados construídos pelos grupos e indivíduos. Então, mesmo que consideremos a existência de apenas dois gêneros, homem e mulher, suas experiências são diferentes, uma vez que são influenciadas por outras categorias, tais como classe social, idade e cor, resultando num mosaico desenhado por hierarquias internas, cuja dinâmica modifica-se conforme o tempo e o lugar.

De fato, conforme já mencionado, o gênero, ao extrapolar a diferença anatômica e biológica entre os sexos, agrega outras diferenças – no âmbito econômico, político, social, cultural ou étnico –, que engendram formas de pensar e agir, escolhas, interesses, espaços posicionais e ocupacionais, trajetórias e vivências distintas para homens e mulheres, em cada sociedade ou época. Em outras palavras, o gênero é um produto social, que se constrói na temporalidade. Seu caráter relacional concebe identidades e subjetividades sexuadas, as relações de gênero modelam papéis, atributos e hierarquias de gênero que se re – produzem nas práticas da vida cotidiana.

Nesse sentido, Flax (1991) argumenta que as relações de gênero são elementos constitutivos da experiência humana e ressignificam suas várias dimensões. Ao mesmo tempo, a experiência das relações de gênero para cada indivíduo e a estrutura de gênero como uma categoria social são determinadas pela valência entre as relações de gênero e outras relações sociais, como as de classe e raça, ao que acrescentamos as relações intra e intergeracionais. Por isso, as relações de gênero são processos sociais, marcados pela instabilidade e fluidez, mudam no contexto temporal, mas também o superam.

Esse tipo de análise é fundamental para a compreensão dos processos naturalizadores das diferenças e que legitimam relações desiguais (SARDENBERG & MACEDO, 2008). Nesse sentido, é uma análise que lida com as relações de poder construídas e reproduzidas na sociedade (BRITTO DA MOTTA, 1999).

Essa é uma dimensão importante no debate sobre políticas sociais, pois permite recuperar a diversidade social, aproximando-nos das complexas demandas que surgem na experiência de



mulheres, homens, jovens, negros, brancos, bem como nos ajuda a perceber como esses diversos grupos são incorporados e lidam diferencialmente com as respostas institucionais a suas necessidades. Hoje é fundamental, constituição de políticas sociais, a complementariedade entre enfoques de gênero, classe, geração e etnia na compreensão das tramas sociais por onde se recriam as desigualdades e se tecem as demandas e possibilidades de acesso a direitos. Um exame da gestão social das questões de gênero, raça/etnia e geração pode ser fecundo para o entendimento dessa questão.

Em seus trabalhos, Guita Grin Debert tem discutido a construção cultural das classificações etárias e suas relações com a organização social e a ação política. É por essa via que ela apreende as formas contemporâneas de “gestão do envelhecimento” dentro de um processo de mudanças no curso da vida moderno. Na contemporaneidade, as rápidas transformações tecnológicas, a formação de um mercado mundializado de consumo e a ampla individualização da sociedade, tem consagrado a fluidez das experiências, flexibilizando-as, o que permite que velhos e jovens possam ter vivências que se aproximam. No caso da velhice, a criação de um variado mercado de bens e serviços destinados à gestão desta etapa da vida, tem contribuído para a dissociação entre velhice, aposentadoria e idade cronológica, e para sua construção como um período de lazer e realização de sonhos, como sugere a noção de terceira idade. Do mesmo modo que funda novas possibilidades concretas de se experimentar o envelhecimento, este processo inclui uma reprivatização da velhice, ou seja, a colocação da questão no plano das opções individuais, apresentando a própria vivência do envelhecimento como uma opção pessoal, o que cria novos estereótipos como o do velho inativo (DEBERT, 1999).

É esse tipo de interpretação da velhice, o qual se encontra na base de programas nascidos da iniciativa do terceiro setor e da filantropia empresarial, que tem formatado a política social para o idoso no Brasil contemporâneo, difundindo-se como referência universal para a gestão da velhice no país (TEIXEIRA, 2008). Esses programas contribuem para a divisão de responsabilidades no trato da questão social, nomeando a família e a comunidade como responsáveis pela proteção social ao idoso. Solange Teixeira analisa que essa é a premissa presente na criação de espaços, serviços e ações alternativos para se efetivar essa proteção, como os definidos pela Política Nacional do Idoso (PNI) e Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS): os centros de convivência, centros-dia, atendimento domiciliar e a assistência monetária por meio do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são iniciativas que reforçam como critério de inserção a vulnerabilidade e a exclusão.

No tocante à problemática de gênero, cabe lembrar que, no Brasil, as primeiras políticas públicas com recorte de gênero foram implantadas na década de 1980, em decorrência da luta encabeçada pelos movimentos de mulheres e feministas iniciados desde a década anterior, cujas



reivindicações incluíam desde o acesso a serviços públicos, como transporte, creche e saneamento básico, a demandas relativas à condição feminina, como por exemplo, a saúde feminina, métodos contraceptivos e a violência contra a mulher. Sob o impacto desses movimentos, foram criados, ainda nos anos 1980, os Conselhos Estaduais da Mulher e o Conselho Nacional da Condição Feminina, a primeira Delegacia da Mulher e o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Ainda no período em questão, a articulação entre o movimento feminista, movimento organizado de mulheres e o Conselho Nacional da Mulher conseguiram que cerca de 80% das propostas sistematizadas na *Carta das Mulheres à Assembléia Constituinte* fossem aprovadas pelos parlamentares.

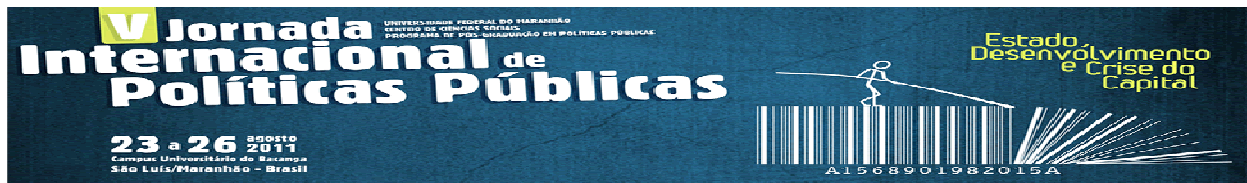
No entanto, somente em meados da década seguinte, mais precisamente na IV Conferência Mundial das Mulheres, realizada em Beijing (1995), a estratégia de luta das mulheres para que suas reivindicações fossem implementadas nas políticas de forma mais eficaz ganhou o nome de “transversalidade de gênero” ou “*gender mainstreaming*”.

O *gender mainstreaming* consiste em um processo de reordenamento com a finalidade de incorporar a perspectiva de gênero nos processos decisórios, de forma a assegurar oportunidades iguais a mulheres e homens. Deste modo, todas as políticas devem incorporar a perspectiva de gênero na formulação e operacionalização e como parâmetro para avaliar o impacto das ações.

Conforme Castro (s/d), as políticas de ação afirmativa devem ser dotadas de orientação redistributiva. Por outro lado, entende que é direito dos desiguais terem acesso à universalidade através de políticas afirmativas com enfoques identitários, de forma a gerar mudanças substantivas nas desigualdades que enfrentam. A transversalidade das políticas deve levar em conta as identidades na desigualdade, que possuem singularidades, como as das mulheres, dos jovens, dos idosos, dos negros ou dos indígenas, ou seja, cada área ou ministério deve atentar para os interesses, as necessidades e os enfoques específicos a cada segmento, pois tais políticas universais transversalizadas não suprem aquelas específicas. Para melhor ilustrar seu argumento, Castro cita a seguinte advertência de Ferreira (apud SILVEIRA 2003, p.5):

[...] no processo de institucionalização das relações sociais de sexo em todas as rotinas e práticas burocráticas, a sua transversalidade pode servir de pretexto para os governos deixarem desde logo de financiar projetos específicos para as mulheres.

Neste sentido, Castro comenta que as Secretarias especiais (SPM e SEPPIR), no caso brasileiro, combinam a ênfase no monitoramento das políticas desenvolvidas nos demais ministérios em prol de seus constituintes e seus enfoques singulares, mas também reivindicam a formulação de programas próprios. A autora entende que essas Secretarias têm superado a clássica transversalidade, na medida em que procuram dialogar com os demais ministérios, o que,



certamente, na arena político-constitucional, requer força política, o que em termos orçamentários elas não têm, mas conseguem superar em virtude do lugar administrativo especial que ocupam – são diretamente vinculadas à presidência. Além disso, tais Secretarias têm sua base em movimentos sociais, o que sem dúvida as fortalece, ou seja, a transversalidade é exercida no plano horizontal, no governo, e no plano vertical, entre a sociedade civil e a sociedade política. Daí porque, em ambas as Secretarias ganham relevo os conselhos formados por entidades da sociedade civil.

Contudo, ao refletir sobre os desafios para a implantação e avanço da transversalidade de gênero nas políticas públicas, Bandeira (BRASIL, 2005) coloca que nem todos os Ministérios têm se apropriado do conceito de gênero e o aplicam em suas práticas; alguns incorporam nominalmente e discursivamente o conceito, mesmo sem saber exatamente do que se trata. Isso não ocorre apenas no âmbito federal, mas em secretarias e órgãos estaduais e municipais, onde gestores, planejadores e executores das políticas não possuem conhecimento acerca do enfoque de gênero ou sobre a importância e legitimidade de sua transversalização com vistas à promoção do empoderamento das mulheres. Deste modo, usualmente confundem políticas com recorte de gênero com políticas para as mulheres, o que não contribui de forma efetiva para sua constituição enquanto sujeitos.

A política de assistência social, por exemplo, ao conferir centralidade à família, engendra um neo-familismo que renova o papel da família, à qual passam a ser designadas atividades até então consideradas públicas (RODRIGUES, 2008). Em outras palavras, a família como sujeito ativo das políticas é representada pela figura da mulher-mãe-esposa-dona-de-casa e/ou trabalhadora desempregada, a quem é designada a reprodução social da família e a reposição da força de trabalho, em lugar do Estado. Assim, reforça-se a naturalização dos papéis atribuídos à mulher (mãe-cuidadora), o que revela a concepção maternalista (MOREIRA *et al*, 2006) que norteia os programas de transferência de renda. Por conseguinte, ao se apossar gratuitamente dos *tempos sociais femininos*, o Estado inaugura uma nova maneira de opressão-exploração das mulheres e de sua capacidade ou força de trabalho (DUQUE-ARRAZOLA, 2008).

#### IV. CONCLUSÃO

Os alunos da disciplina exercem diferentes profissões, são pedagogos, advogados, assistentes sociais, enfermeiros, fisioterapeutas entre outras e, atuam em empresas privadas, organizações não governamentais ou instituições públicas, alguns deles diretamente na execução de políticas sociais. Constatou-se, entretanto, que poucos tinham clareza acerca do que vem a ser de fato gênero e geração, menos ainda, das razões para incorporação destes enfoques nas



políticas públicas e, portanto, desconheciam como as desigualdades de gênero e geração são reproduzidas no âmbito institucional, seja na leitura da realidade social, seja no planejamento e execução de programas e projetos sociais.

Certamente, houve exceções, o que contribuiu para fomentar as discussões em sala de aula e suscitar curiosidade, questionamentos e reflexões dos demais, na medida em que cada texto debatido desafiava-os a reverem situações, atividades desenvolvidas e/ou procedimentos rotineiros no seu dia a dia sob uma nova perspectiva, o que causava tanto surpresa e inquietação como perplexidade e resistência. Afinal, é mais confortável não contestarmos algo até então tido como natural – a diferença entre homens e mulheres, calcada na fisicalidade – o que, por suposto, tornaria as desigualdades de gênero e geração previsíveis e inevitáveis.

Mas, assim como a vida social é dinâmica, ideias, percepções de mundo, comportamentos e atitudes estão sujeitos a mudanças, da mesma forma que as políticas sociais. As discussões mostraram que sempre podemos reaprender a olhar e que o empoderamento de mulheres e idosos é possível, depende da vontade política dos gestores e executores da política, mas também dos movimentos sociais organizados que movem o Estado e potencializam a criação e implementação das transversalidades de gênero e geração nas políticas sociais.

### Referências Bibliográficas:

BRASIL, Fortalecimento da Secretaria Especial de políticas Públicas para as Mulheres: Avançar na Transversalidade da Perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas. Lourdes Bandeira (org.). CEPAL/SPM: Brasília, 2005.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. **Cadernos Pagu**. – n. 13, 1999, p. 191-221.

CASTRO, Mary Garcia. **Políticas Públicas por Identidades e de Ações Afirmativas: Acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes**. Disponível em: <http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/direitos-da-cidadania/texto-27-2013-politicas-publicas-por-identidades-e-de-acoes-afirmativas-acessando-genero-e-raca-na-classe-focando-juventudes.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2010

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice; socialização e processo de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo : Edusp/Fapesp, 1999.





DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. O sujeito feminino nas políticas de Assistência Social. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. – 2. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Cortez, 2008, p. 225- 255.

FLAX, Jane. Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.). **Pós-Modernismo e Política**. – Rio de Janeiro: Rocco, 1991, pp.: 217 – 250.

MOREIRA, Maria Regina de Ávila; SILVA, Marlise Vinagre; MIRALES, Rosana et al. O lugar do gênero na formação da-o assistente social. In: **Temporalis**. – Ano VI, nº 11 – Brasília: ABEPSS, jan./jun. 2006, p. 143-157.

PEREIRA,

RODRIGUES, Marlene Teixeira. Equidade de gênero e transferência de renda – reflexões a partir do Programa Bolsa Família. In: BOSCHETTI, Ivanete *et al* (orgs.). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008, p. 220-241.

SARDENBERG, Cecília M. B.; MACEDO, Márcia S. Relações de Gênero: uma breve introdução ao tema. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; VANIN, Iole Macedo. **Ensino e Gênero**: perspectivas transversais. Salvador: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008, p. 31-44.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e Trabalho no Tempo do Capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

TRONTO, J. “Mulheres e cuidados”: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR, A.; BORDO, S. (Orgs). **Gênero, Corpo e Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.